



# Anais da Assembleia

Nº 119

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE SETEMBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 1991  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Dalton Machuca.

As quinze horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademir Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zamusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genzari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colago (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Colombino Grassano, Luiz Antônio Setti, Mário Bezerra, Nilton César e Rossoni (05). Achando-se em licença os Senhores Deputados: Cesar Silvestri e José Afonso Júnior (02). Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 2419

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo

187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(a) DALTON MACHUCA

#### REQUERIMENTO Nº 2422

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, com fulcro no Artigo 164, II do Regimento Interno, votação nominal para a Emenda 02 ao Artigo 3º do Projeto de Lei nº 411/91, a ser procedida na forma preconizada no Artigo 146 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com presença de 47 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 076/91, incorpora a partir de 1º de agosto de 1991, aos salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, abono no valor de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), e reajusta os salários resultantes em 30,8% (trinta vírgula oito por cento), a partir de 1º de agosto de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 410/91

Acrescenta-se ao Artigo 1º, o seguinte parágrafo:

Art. 1º...

§ 1º..

§ 2º - Os acréscimos salariais conce-

didos pela presente Lei, constituem-se em antecipação do percentual deferido pelo Acórdão n° 5923/91-TP, do T.R.T. da 9ª Região.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(a) LOURENÇO FREGONESE

Apoiamto: João Arruda, Domingos Carvalho, Ademar Traiano, Nelson Justus, Luiz Carlos Alborghetti, Arlindo Troian, Ovídio Constantino, Albino Corazza, Paulo Maia, Edson Silva Lino, Neivo Beraldin, Algaci Túlio, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, Dalton Machuca, José Alves, Antônio Annibelli, Emília Belinati, Rossoni, Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho concedeu reajuste salarial para os empregados da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina-APPA, por perdas ocorridas no período de 01.06.90 a 31.05.91, objeto do acórdão n° 5923/91 - TP, sujeitando a autarquia à Lei Portuária Federal de n° 4.860/65, de 26.11.1965, conforme já o faz o Art. 6° da Lei Estadual n° 6.249, de 10.11.1971, e o Art. 72 do Decreto Estadual n° 7.447 de 22.11.1990, faz-se necessária a presente proposição no sentido de preservar o interesse público, contra eventual pagamento em duplicidade de valores, em prejuízo daquela autarquia.

Em votação o Projeto sem prejuízo à Emenda. Aprovado.

Em votação a Emenda. Rejeitada.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

Dezenove Senhores Deputados aprovam; cinco Senhores Deputados rejeitam.

Está rejeitada a Emenda.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 411/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 077/91, reajusta em 20% (vinte por cento) os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela C.L.T., da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., com voto em separado. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em n° de 05 (cinco), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

Curitiba, quinta, em 19.09.91

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01, AO PROJETO DE LEI N° 411/91

Inclua-se, no Projeto de Lei n° 411/91, o seguinte artigo:

"Art. - O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, no mês de outubro de 1991, após negociação com as entidades sindicais representativas dos servidores públicos estaduais, Mensagem dispondo sobre a reposição da defasagem salarial calculada pelo IGP-M/FGV, verificada entre os meses de janeiro e setembro de 1991".

Sala das Sessões, em 19.09.91

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

Apoiamto: Nelson Garcia, José Alves, Emília Belinati, Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

É urgente a tomada de posicionamento concreto deste Legislativo no sentido de estabelecer-se critérios para a reposição da defasagem salarial dos servidores públicos, que já se aproxima dos 200%.

Mesmo apesar da data-base, cremos que o dispositivo ora proposto apresenta-se viável e deverá merecer a aprovação unânime deste Legislativo.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE N° 02.

Suprima-se, na íntegra, o artigo 3° do Projeto de Lei n° 411/91.

Sala das Sessões, em 19.09.91

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

Apoiamto: Nelson Garcia, Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A supressão do artigo 3° do Projeto de Lei n° 411/91, ora proposta, decorre da adição sugerida ao artigo 2° do mencionado plano de lei, estabelecendo que o reajuste dos vencimentos do cargo de Secretário de Estado seja isonômico ao dos demais cargos.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 03.

Inclua-se, no artigo 2° do Projeto de Lei n° 411/91, o seguinte inciso:

"Art. 2°...

III - o vencimento atribuído ao cargo de Secretário de Estado".

Sala das Sessões, em 19.09.91

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

Apoiamto: Nelson Garcia, Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A isonomia preconizada nas Constituições da República e do Estado deve ser efetivamente praticada. Neste sentido, mister se faz que o próprio texto legal

estabeleça que os vencimentos do cargo de Secretário de Estado - como o foram todos os demais - sejam reajustados na mesma época e percentual.

A fórmula, inclusive, vem de dispositivo semelhante inserido na Lei Estadual nº 9547, de 18 de janeiro do corrente ano.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04

Inclua-se, no Artigo 2º do Projeto de Lei nº 411/91, o seguinte inciso:

"Art. 2º - ...

IV - o valor do Auxílio Alimentação atualmente concedido aos servidores públicos, inclusive o teto máximo salarial para sua concessão".

Sala das Sessões, em 19.09.91.

(1a) OVÍDIO CONSTANTINO, ERNANI PUDELL e DOUTOR ROSINHA

Apoiamto: Ademir Traiano, João Arruda e Dalton Machuca.

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem implantado como benefício dos servidores públicos o auxílio alimentação. O critério para a sua concessão, no aspecto salarial, é de até Cr\$ 107 mil cruzeiros.

Com a concessão de reajuste de 20%, muitos servidores ultrapassarão o limite supra, acarretando indiretamente redução salarial através da perda do benefício.

Contamos, em vista do exposto, com a aprovação unânime da presente.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 05

Acrescente-se no artigo 1º do Projeto de Lei nº 411/91 as seguintes expressões:

Art. 1º - ...

... ressalvados os direitos conforme disposto no inciso II, do § 11 do artigo 45 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 19.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamto: Rossoni, Emília Belinati, Nelson Justus, Luiz Carlos Alborghetti e Paulo Maia.

#### JUSTIFICATIVA:

O salário inicial dos Servidores Militares do Estado não poderia permanecer inferior ao valor do salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sem prejuízo das Emendas, vamos submeter a voto o Projeto de Lei 411/91. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto, queiram conservar-se como estão. APROVADO.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Queria solicitar destaque ao Artigo 3º do Projeto, nos termos do Art. 171, § 4º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência pode encaminhar por escrito?

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Solicito a palavra para fazer o encaminhamento das Emendas enquanto se redige o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As Emendas serão apreciadas após a votação do Projeto.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - O Projeto já está votado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Falta o requerimento do Deputado Ernani Pudell.

Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, eu declino, e o Deputado Ovídio Constantino vai encaminhar a votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, há alguns dias, quando pelos meios de comunicação se anunciou, através de viva voz, pelo Governador Roberto Requião, o aumento de 20% para o funcionalismo público do Estado, nós tivemos oportunidade de fazer um pronunciamento, aqui, e questionar a forma pela qual o Governador está propondo este reajuste aos servidores do Estado.

Não é novidade de que os órgãos oficiais do Governo, os órgãos oficiais que detectam as perdas salariais já anunciam que os servidores do Paraná, só neste ano de 1991, já têm uma perda salarial aproximada de 200%.

Tivemos oportunidade, também, de apresentar nesta Casa um requerimento formando uma Comissão Especial de Parlamentares das várias correntes políticas, para juntamente com os servidores, com o Governador, negociar uma saída para este impasse do funcionalismo público do Paraná, que vem sendo massacrado, pela forma de como vem se trazendo seus reajustes salariais pelo Poder Executivo, já do Governo passado, do Governo Álvaro Dias.

Os servidores estão desesperados. Já se vê muitos comentários, murmúrios e organização dos servidores para que se necessário seja, deve-se deflagrar uma greve dos servidores do Estado, num conjunto de suas entidades de todas as áreas, porque não se pode sobreviver com um salário, da forma como estão tendo os servidores do Estado.

Tivemos oportunidade de conversar com aproximadamente trinta organizações, associações, sindicatos dos servidores do Estado no Plenarinho desta Casa. E ouvir das representações, das lideranças dos servidores as lamentações que comovem qualquer

um que ouça a forma pela qual vêm sobrevivendo os servidores do Estado, com a atual defasagem salarial que lhes é aplicada.

Não foi possível, através do voto contrário da bancada de sustentação do Governo, que houvesse uma intermediação, uma negociação, entre, ou melhor, com uma Comissão de Parlamentares, ouvir os servidores e conversar com o Governador.

É claro e notório de que o Governador vem se recusando a discutir isso, alegando a questão da constitucionalidade, dos 65% das receitas correntes, para aplicar em pagamentos de salários dos servidores. O que não nos convence, porque a Constituição lhes dá o direito de fazer esta redução em até cinco anos. E temos pesquisas e informações comprovadas de próprios órgãos do Governo. Quer dizer, o Governador poderia estar gastando 10% a mais da receita corrente em pagamentos de salário dos servidores e não estaria infringindo a Constituição.

Portanto, o que se precisa é priorizar a sobrevivência dos servidores do Estado do Estado, que sem eles o Estado não sobreviverá, não existirá. Sem eles o Governo não existirá e nem prestará serviço nenhum à sociedade paranaense, sem as mãos, sem a cabeça, sem os serviços, sem a consciência e sem o trabalho honesto e digno dos servidores do Estado!

Portanto o que é necessário é priorizar, em vez de prorrogar as dívidas dos devedores de ICMS, em vez de receber o "Athalla" e colocar no rol das prorrogações de dívidas o grupo caloteiro do Estado, que há anos se fala sobre isso, no Governo do Estado; em vez de aplicar dinheiro em outras áreas não prioritárias precisamos pensar nos servidores do Estado que estão à mercê do desespero e à mercê da falta de compreensão do Governo do Estado e também da Bancada que lhe dá sustentação, aqui nesta Casa.

Quando o Governador se reúne com seus Deputados, com seus Secretários, na Granja do Canguiri, eu questionava aqui desta tribuna, a facilidade que se tem de, em vez de ouvir os servidores do Estado, as suas representações, ouvir os Parlamentares das diversas correntes políticas, fazer um debate, um debate sério, um debate correto, com clareza colocar as contas do Estado, de público, na mesa, para que se discuta e se viabilize as prioridades, não se faz isso, se faz simplesmente com os que lhe dão sustentação! Aí é muito fácil, aí se decide 20%, e o Governador provavelmente chora as suas mágoas, e convence quem lhe está ao redor, ou convence quem está obrigado a lhe prestar serviços, aqui nesta Casa! Então nós questionamos isso!

E a forma como este Projeto está sendo encaminhado é inadmissível! Nós vimos, no

Artigo 3º, do referido Projeto, o Governador dá um aumento diferenciado aos Secretários de Estado. Em junho, tem-se informações de que provavelmente os secretários encurralaram o seu Governador, o seu chefe, porque o salário de 343.000,00, não lhes estava satisfazendo. Além dos 343 com mais os 100% de dedicação exclusiva, o Governador, para satisfazer os seus comandados, cria por decreto, eu não sei por que forma, um acréscimo de vencimentos básicos para os secretários no valor de 458.212,59, perfazendo um total de um milhão e cem mil cruzeiros. Um aumento de mais de 60% nos vencimentos dos secretários de Estado, e que agora retroage, provavelmente para legalizar esta sua forma, estas suas "benesses" aos secretários de Estado, retroage o aumento dos secretários de Estado até junho, quando para os servidores não faz a mesma coisa!

Nós queremos denunciar esta forma que o Governador aumenta os salários dos Secretários de Estado! E o Projeto não está correto porque no Diário Oficial nº 3433, de 18 de janeiro de 91, quando se deu o reajuste dos servidores do Estado os secretários de Estado estiveram colocados na mesma equivalência dos servidores do Estado. Quando diz no Artigo 2º, inciso 2º, desta Lei nº 9547, que os vencimentos atribuídos aos cargos de secretário de Estado, chefe da Casa Civil e Militar e Procurador Geral do Estado, ficam ajustados nos mesmos índices e datas fixados no Artigo anterior, que fixava os salários dos servidores. Portanto aqui o Governador está fazendo uma diferenciação, o que não é admissível, mandar um reajuste salarial de apenas 20% para os servidores do Estado e um valor mais de três vezes maior para os secretários de Estado e corrigindo uma forma inoportuna, uma forma, eu diria, sem base de sustentação legal que o Governador criou para inviabilizar o aumento dos servidores quando da Lei do redutor salarial, porque se este salário de 458 mil fosse acrescido aos salários dos Secretários de Estado, corre o risco de muitos servidores ter que ser obrigado a ter um aumento, porque a base da lei do redutor salarial que faz com que nenhum servidor possa ganhar mais que um Secretário de Estado, ele vai ter que fazer um reajuste para uma parcela grande de servidores, que incluiriam-se nesse valor superior, e assim o Governador tira a possibilidade de fazer o reajuste para os servidores que tenham um salário acima de 786 mil cruzeiros e dá de uma forma muito obscura este crédito de vencimento básico para os Secretários de Estado.

Por isso, as nossas emendas estão postas na mesa primeiro para que se faça da mesma forma o aumento dos Secretários

de Estado como se faz para os servidores públicos, que se retire do artigo 3º que dá esse aumento diferenciado aos Secretários de Estado; a nossa emenda também exige, também traz a proposta de que os Secretários de Estado se incluam na mesma proporção dos servidores públicos; e uma terceira emenda de que o Governador faça aquilo que ele devia ter feito já há muito tempo, converse com as representações dos servidores, converse com a Assembleia Legislativa e reponha as perdas salariais de aproximadamente 200% que os servidores do Estado estão tendo nesses oito meses deste ano de 1991. Portanto, Senhores Deputados, nós não estaremos nada mais do que fazendo justiça aprovando essas emendas, corrigindo estas diferenciações que estão no Projeto Original, na Mensagem Governamental e fazendo justiça com os servidores do Estado, que não merecem ser desrespeitados desta forma, que não merecem trabalhar, dedicar a sua vida numa função pública ao povo do Paraná e ser pisoteado nos seus direitos, ser pisoteado na sua condição de vida e ter que se submeter a pedir esmolas para sobreviver.

Era isto Senhor Presidente, esperamos a aprovação deste Plenário das emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ressalvadas as emendas, está em votação o Projeto de Lei 411/91. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

Emenda nº 01, já lida pelo Senhor 1º Secretário.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, de quem é a emenda nº 01?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É da Bancada do PT.

O Senhor 1º Secretário vai proceder à leitura para que os Senhores Deputados tenham conhecimento dela novamente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Lê a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Pudell com a palavra para encaminhar a votação da emenda.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero ressaltar a importância desta emenda porque o Governo do Estado do Paraná recentemente publicou um decreto onde praticamente revogava a lei que estabelecia a data base dos servidores estaduais em 1º de julho.

Esse decreto é absolutamente inconstitucional, cuja arguição de constituciona-

lidade já solicitamos à Procuradoria da Assembleia, e até o presente momento o Senhor Governador do Estado não encaminhou a esta Casa, uma Mensagem que estabelecesse o cronograma dentro das possibilidades do Tesouro do Estado, que cumprisse a determinação legal de reposição salarial aos servidores do Estado.

Nesse sentido essa emenda que ora apresentamos, abre ao Senhor Governador, mais uma vez a possibilidade de dialogar com os setores representativos, do Sindicato dos Servidores do Estado do Paraná, permita ao Senhor Governador do Estado, enviar uma mensagem de reposição salarial - que é bom que se diga de passagem - não deve, embora a nossa emenda estabeleça os critérios e os índices de reajuste, esses índices podem perfeitamente ser escalonados, como foi feito na gestão anterior do Governador do Estado, de forma a permitir que esse reajuste tenha a possibilidade de ser absorvido pelo tesouro do Estado do Paraná.

Então, eu gostaria de apelar a todos os Deputados aqui presentes, sobre a importância dessa emenda. Mais uma vez se abre ao Governador do Estado do Paraná a possibilidade de, pelo menos, sanar uma grave incorreção de inconstitucionalidade que vem praticando reiteradamente no nosso Estado. E mais do que isso, os estudos realizados, demonstram, perfeitamente, que hoje, o Governo do Estado do Paraná tem condições de suportar um índice de reajuste salarial superior ao que vem sendo dado, tem condições, inclusive, de elevar a participação da massa salarial dos servidores da receita do Estado do Paraná plenamente adequada aos limites estabelecidos na Constituição Estadual. É por isso que nós pedimos a aprovação desta emenda.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) -

Gostaria apenas de dizer que ao analisar as propostas de emendas, tendo em vista a leitura feita pelo Senhor 1º Secretário, nós até entendemos que muitas delas se revestem de interesse realmente da classe trabalhadora. Mas todos nós não podemos também desconhecer, Senhor Presidente, que, a questão da política salarial, a questão dos reajustes salariais todos nós sabemos que a iniciativa cabe ao Poder Executivo e existiu da parte do Governador uma solicitação, no sentido de que essa Mensagem tramitasse em regime de urgência urgentíssima, com muita rapidez. E foi assim que Vossa Excelência determinou a esta Casa e na qual contou com o apoio das Comissões por onde tramitou essa matéria. E nós sabemos que, ao emendarmos esse Projeto de Lei, nós, com toda certeza, estaremos colocando à frente do Governador, pro-



postas diferentes daquelas que chegaram à Casa e que certamente serão vetadas.

Por esta razão estamos recomendando, embora até reconheçamos a justiça de muitas delas o próprio Governador também assim reconhece, mas dado à impossibilidade, no momento, de termos uma avaliação mais profunda de cada Mensagem, do seu alcance, do seu comprometimento em termos da arrecadação do Estado e sabendo que o Governador está indo ao limite daquilo que lhe permite a Constituição Federal e a Estadual em termos de gastar apenas 65% das suas receitas com pessoal, e, sabendo que a arrecadação do Estado por mais que tenha melhorado, por mais que tenha sido corrigida nos últimos tempos, não apresenta ainda, condições para que o Governo do Estado possa oferecer aos servidores do Estado uma reposição na ordem de 50, 60, 100 ou mais por cento.

O que está sendo oferecido hoje, através destas mensagens aos servidores públicos, é aquilo que o Estado tem condições de pagar. Não poderemos ser responsáveis, na sequência, em aprovarmos um salário que não poderá depois ser pago pela falta de recursos para tal finalidade.

Por esta razão, embora entendendo até que muitas são merecedoras da nossa atenção e apoio; nós tendo em vista a iniciativa e o momento que estamos vivendo, não daremos aprovação às emendas propostas.

O DR. ROSINHA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O Deputado Orlando Pessuti alegou que as emendas apresentadas aumentam as despesas do Tesouro. Queremos e afirmamos com absoluta certeza que não aumentarão. Inclusive economizará despesas do Tesouro, Deputado. Por que economizar? Por que no Artigo 3º, no qual concede reajuste de mais de 60% aos senhores secretários, eles terão o mesmo reajuste que os demais servidores. Portanto, há uma economia nos maiores salários, relevante em relação aos menores.

Neste ponto, a economia não precisa se preocupar com o aumento de despesas, porque não ocorre nenhuma das medidas das emendas, uma vez que observamos a Constituição do Estado do Paraná e a Constituição Federal, coisa que o Governo não tem feito, mas estamos fazendo esta observação.

Em relação ao limite estabelecido pela Constituição, está aquém dos 65% que estão na Constituição, a folha de pagamento hoje dos servidores. Nestes dois sentidos, não ultrapassam os 65%, traz economia, não são inconstitucionais e se o Governador vetar, poderemos debater profundamente e provar a constitucionalidade de todas elas, derru-

bando o veto nesta Casa de Leis já na segunda-feira. Já que o Governo tem tamanha urgência em achatar o salário dos servidores. Para isto ele não precisa ter urgência. Ele pode ter calma.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda nº 01. Rejeitada.

O DR. ROSINHA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda nº 01, queiram levantar-se. Dezessete aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Vinte e dois rejeitam.

Está rejeitada a emenda.

#### EMENDA DE Nº 02

Sobre a Emenda, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando votação nominal para a Emenda nº 02 de acordo com o artigo 146. do Regimento Interno. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

(É precedida a verificação de votação) Quinze Senhores Deputados aprovam; Vinte e dois Senhores Deputados rejeitam. Está rejeitada a Emenda de nº 01.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - A emenda na verdade suprime o artigo 3º do Projeto de Lei nº 411/91, que o Deputado Ovídio Constantino já argumentou que traz um reajuste diferenciado no salário dos Secretários de Estado do Paraná. Portanto, a nossa emenda ao suprimir este artigo e estabelecer que o reajuste dos salários dos Senhores Secretários será igual à migalha concedida aos servidores de 20%, estaremos fazendo economia para o Tesouro do Estado do Paraná. Até utilizo a própria argumentação do Líder Pessuti, no sentido de invocar o apoio da Bancada governista, já que o nosso Governador do Estado tem dito das dificuldades do Tesouro. Inclusive é bom que

quase morte de um soldado da Polícia Militar no entreviro que envolveu terras e a polícia no interior do Estado. Ainda ontem, na Cidade de Apucarana, a polícia teve que enfrentar durante mais de quarenta horas, há uma semana, em função do sequestro do empresário da terra do Deputado Líder do Governo, Deputado Pessuti, tiveram que enfrentar sequestradores, e esses soldados para defender mulheres e crianças que estavam dentro do ônibus escolar da Prefeitura de Ivaiporã, arriscaram as suas próprias vidas. No final da ação três mortes, um refém, uma pessoa da comunidade e um dos sequestradores acabaram sendo abatidos aí.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, afinal o que é que nós Parlamentares queremos se durante as campanhas falamos em segurança, que vamos exigir mais policiais, que vamos exigir mais armamentos da Polícia e que vamos lutar por um melhor salário desta mesma Polícia? De que maneira mais Polícia? Como vamos conseguir se não existe nenhum atrativo para que o cidadão entre na Polícia Militar? De que maneira vamos conseguir mais segurança, se outros setores da área de segurança estão oferecendo melhores atrativos e dou apenas um exemplo, a Guarda Municipal de Curitiba, um guardião da Guarda Municipal quer cuidar no período noturno nas escolas ganha mais do que um soldado da Polícia Militar. Já nem falo do Guarda Municipal. O guarda, o pelotão escolar que nós implantamos aqui em Curitiba ganha mais do que o soldado da Polícia Militar. Os guardas verdes dos nossos parques ganham mais do que o soldado da Polícia Militar. Então de que maneira vamos conseguir aumentar o efetivo da Polícia Militar?

Aqueles que não apoiarem esta Emenda, eu lamento profundamente porque não terão moral daqui para frente de exigir mais policiamento, de exigir mais da Polícia Militar porque com o salário que ganha um soldado, salário miserável, que eu repito aqui para lembrar os Senhores Parlamentares: em setembro votou-se no Congresso, há uma lei federal que diz que nenhum trabalhador brasileiro pode ganhar menos de um salário mínimo, que foi para 42 mil cruzeiros. No entanto, o salário mínimo do soldado da Polícia Militar hoje é de 25 mil, 501 cruzeiros e 11 centavos, com esses miseráveis 20% que estão sendo dados agora, vai para 30 mil, não chegando a 40, e quem dirá a 42 mil cruzeiros.

Justiça há que se fazer, sob pena de que aqueles que votarem contra a esta Emenda, que não é minha, mas que é de vários Deputados e, acima de tudo, é dos soldados da Polícia Militar, não terão moral para amanhã subir a uma tribuna desta Casa, e aqui estão vários companheiros de

meios de comunicação que diariamente cobram mais segurança, que diariamente exigem mais da Polícia. É o momento de se dar o troco agora: ou nós ajudamos a nossa Polícia para termos mais segurança, ou nós jogamos à falência a Polícia Militar. Vou mais além: a Polícia Civil já tirou indutivo de greve ontem e, a partir de hoje, ela está trabalhando só dentro das delegacias.

Por quê? Porque não aceita esta situação que aí está.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar pela segunda vez, Senhor Presidente?

O SR. ORLANDO PESSUTI - O Senhor Presidente, naquela ocasião, disse-me que eu poderia encaminhar apenas aquela Emenda que estava sendo votada e, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É emenda por emenda. Mas nós vamos ouvir Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, eu entendo que a forma como o Deputado Algaci Túlio colocou a sua questão de encaminhamento à Emenda proposta de nº 5 não é a mais correta.

O Deputado afirmou que os soldados não irão ganhar o salário mínimo quando isso não é verdade. Talvez o encaminhamento que devesse fazer o Deputado Algaci Túlio é de que, ao não se corrigir os soldos de todos os integrantes da Corporação Militar que, em decorrência dessa não correção, nós teríamos um desequilíbrio na remuneração que a hierarquia estabelece, porque sabemos que o soldo do soldado - o Deputado disse em torno de 23 mil cruzeiros e de um aspirante a oficial de 42 mil cruzeiros.

Nós queremos informar que estivemos conversando ainda há pouco com o Coronel Furquim, e que posteriormente a essa conversa e na presença dele, conversamos com a Secretaria da Administração que nos informou o seguinte: nenhum soldado da Polícia Militar receberá menos que 42 mil cruzeiros de soldo porque aqueles que têm um soldo menor que 42 mil receberão a diferença.

O SR. ALGACI TÚLIO - Aonde está escrito isso, Deputado?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Está escrito no contracheque que já foi rodado no pagamento do mês de setembro.

Ademais, Senhor Presidente, nós sabe-

se diga aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje na "Folha de Londrina" o Senhor Governador do Estado ataca o salário dos deputados, dos desembargadores, propõe a redução desses salários, que até no mérito aguardamos a sua mensagem, ele poderá contar com o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores. Por essa coerência, nós exigimos agora que o mesmo tratamento seja dado aos Secretários de Estado.

Ora se o Senhor Governador pode reduzir o salário dos deputados do Paraná, enviará uma mensagem conforme diz aqui, porque é que os seus secretários podem ter um aumento superior ao dos outros servidores? Todos os salários, inclusive a própria remuneração dos deputados estaduais do Paraná foram fixados na legislatura passada e encontra o limite do reajuste exatamente no limite do reajuste dos servidores do Estado do Paraná.

O salário dos deputados não pode ser reajustado acima dos vencimentos dos servidores do nosso estado, portanto perguntamos, por que é que o único setor do Estado do Paraná que tem a possibilidade de ter reajuste de vencimentos acima do reajuste dos índices concedidos aos servidores públicos de um modo geral sejam os secretários de Estado.

É por isso que nós entendemos que essa emenda, inclusive é coerente com o que hoje apregoa nos jornais o Senhor Governador do Estado do Paraná, à qual nós pedimos o apoio integral deste poder.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda.

REJEITADA

Em votação a emenda nº 03.

APROVADA.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quinze Deputados aprovam.

Vinte e dois Deputados rejeitam.

REJEITADA.

Em votação a emenda nº 04.

REJEITADA.

Deputado Algaci Túlio ressaltamos os direitos conforme o disposto no inciso II do parágrafo 11 do Artigo 45 da Constituição Estadual.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tenho em mãos um pleito da classe dos soldados da Polícia Militar, baseado no seguinte:

A denúncia de que mais uma vez o Poder Executivo está a violar a Constituição Es-

tadual inadvertidamente.

A primeira oportunidade se deu quando ignorou o dispositivo contido no inciso II, do § 11, do artigo 45 da Carta Estadual de 05 de outubro de 1989, desde a sua promulgação até a Lei nº 9.194 de 18 de janeiro de 1990. Tal princípio determina expressamente. Transcrevo:

"§ 11 São direitos do servidor militar estadual:

I - ...

II - Soldo da classe inicial de soldado nunca inferior ao salário mínimo fixado em lei, assegurando-se a diferenciação decorrente do escalamento hierárquico".

Senhor Presidente, tal violação já foi corrigida pelo Poder Judiciário, em primeira instância pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda, Falências e Concordatas, em notável decisão proferida na Ação Declaratória, cumulada com pagamentos de diferenças, nº 259/90 na data de 27 de maio de 1991, com recurso "ex officio" ao Egrégio Tribunal de Justiça, atendendo ao disposto no art. 475, II do Código de Processo Civil.

A segunda oportunidade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ainda em tempo de ser corrigida por esta Assembléia Legislativa, e o momento me parece que é este, encontra-se no anteprojeto de lei encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo, contendo a proposta de modestíssima correção salarial, a primeira deste exercício. A partir de 1º de setembro em 20% o soldo dos postos de graduações dos servidores militares. Essa proposta infelizmente, contraria o mesmo dispositivo da Carta Magna Estadual, tão arduamente elaborada por nós Parlamentares. Assim é porque o salário mínimo fixado em Lei Federal desde 1º de setembro já é de 42 mil cruzeiros, Senhores Deputados, enquanto o soldo do soldado de segunda classe, base de escalamento vertical é de apenas 25 mil, 501 cruzeiros e 11 centavos, ao qual, se incorporado esses 20%, totalizará 30 mil, 601 cruzeiros e 33 centavos, importância substancialmente inferior ao salário mínimo de lei. Logo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é inconstitucional. Assim sendo os soldados da Polícia Militar pedem aos Parlamentares que façam cumprir o que determina a Lei Federal. Critica-se muito a falta de segurança no Estado. Cobra-se do Governo o aumento do efetivo da Polícia Militar. Lamenta-se quando um soldado é abatido em defesa da segurança da população. Muitos dos que aqui estão usaram como mote de campanha luta pela segurança pública, por uma melhor segurança à população e ganharam votos e se elegeram em cima da questão da segurança pública. Recentemente até o Governador foi à televisão para dizer que lamentava a



mos que, pela palavra de Sua Excelência o Governador Roberto Requião, pela informação obtida do Diretor Geral da Secretaria da Administração, Dr. Erickson Diotalevi, de que o assunto relativo à Polícia Militar do Estado do Paraná, bem como o assunto ligado às autarquias de Ensino Superior, está sendo tratado com muito interesse e prioridade pelo Governo e que esses ajustes se processarão senão nesse mês de setembro ainda, com toda a certeza no mês de outubro.

Agora, fique registrado: nenhum policial militar receberá menos, a título de soldo, do que os 42 mil cruzeiros, que é o salário-mínimo, conforme afirmou o Deputado Algaci Túlio.

E nós sabemos, e os gracejos do Deputado Florisvaldo Fier e do Ernani Pudell não servem para o momento porque Vossas Excelências, como bem informados da política salarial da classe trabalhadora, sabem que um soldado não receberá apenas os 42 porque em cima disso tem todos os acréscimos legais e que elevam o seu salário para muito mais do que 42 mil, não muito mais, mas para bem mais do que 42 mil, e que a gozação de Vossas Excelências não procede, portanto, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovada.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação nominal? Já "a Inês é morta".

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se.

Dezoito Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam a Emenda queiram levantar-se.

Vinte e quatro Senhores Deputados rejeitam.

Está rejeitada.

Sobre a mesa, requerimento de nº 2419, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

## Atos da Diretoria Geral:

### O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

#### R E S O L V E:

##### PORTARIA Nº 093/91

conceder a EDIR SANTINA HAOACH SACCOMORI, funcionária contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 15 de agosto do corrente ano.

(Protoc. nº 8899, de 13.09.91)

##### PORTARIA Nº 094/91

conceder, a funcionária ELZA ARAUJO RIBEIRO, matrícula nº 0022, ocupante do cargo de Consultor Técnico "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quarenta (40) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 12 de setembro do corrente ano.

(Protoc. nº 8898, de 13.09.91)

##### PORTARIA Nº 095/91

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de SAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula nº 262, aposentada pelo Decreto Legislativo nº 054/88, de 10 de março de 1988, nos termos do item 8, letra "i", da Instrução Normativa nº 07, de 16 de janeiro de 1989, da Secretaria da Receita Federal, e no Art. 6º, item XIV, da Lei Federal nº 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Protoc. nº 7434, de 07.08.91)

##### PORTARIA Nº 096/91

conceder, a RUTH ZANONA DOS SANTOS, funcionária contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 10 de setembro do corrente ano.

(Protoc. nº 8103, de 23.08.91)

##### PORTARIA Nº 097/91

1º) mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 37, das Disposições Transitórias, da nova Constituição do Estado do Paraná, combinado com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1972, em favor de GERSON NEMES, matrícula nº 506, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias de 1982, deixadas de gozar; e,

2º) mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei nº 6174, ao seu acervo de ser-

vigo público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5º quinquênio, compreendido entre 08 de outubro de 1980 e 08 de abril de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias de 1973, 1974, 1978, 1980 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. nº 7072, de 26.07.91)

PORTARIA Nº 098/91

conceder, a ERONDI APARECIDA DE CUSTÓDIO, funcionária contratada deste Poder Legislativo, quinze (15) dias de licença, para tratamento a partir de 15 de agosto do corrente ano.

(Protoc. nº 8368, de 30.08.91)

PORTARIA Nº 099/91

colocar, à disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a funcionária contratada deste Poder, pelo regime CLT, ROSANGELA DE FÁTIMA HOEBEL DOS SANTOS, a partir de 17 de setembro de 1991, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 1991.

(Protoc. nº 9000, de 17.09.91)

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 18.09.91.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas da C.C.J.:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de maio de um mil, novecentos e noventa e um, reuniram-se ordinariamente na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Deputados: Mário Bezerra, Luiz Carlos Martins, Hermas Brandão, Rafael Greca, Ovídio Constantino, Valdir Rossoni, José Afonso Júnior, Nelson Justus, Durval Amaral, José Tavares e Antônio Costenaro. Havendo número legal, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 184/91, de autoria do Deputado João Iensen. Relator: Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 192/91, de autoria do Deputado Mário Bezerra. Relator: Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 171/91, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Relator: Depu-

tado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 168/91, de autoria do Deputado José Artur Ritti. Relator: Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 165/91, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Relator: Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 155/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator: Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 140/91, de autoria do Deputado Paulo Maia. Relator: Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 148/91, de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão e do Deputado Antonio Toti Colação. Relator: Deputado Ovídio Constantino. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 108/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 186/91, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Relator: Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL com emenda aditiva. Deputado José Tavares solicita vistas. Concedido. 11) Projeto de Lei nº 177/91, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch. Relator: Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 180/91, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano. Relator: Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 163/91, Relator: Deputado Rafael Greca. Sugere que o projeto seja transformado em indicação junto ao autor para o Governo. APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 166/91, de autoria do Deputado Antonio Annibelli e do Deputado Dobrandino G. da Silva. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 159/91, de autoria do Deputado João Iensen. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 162/91, de autoria do Deputado Mário Bezerra. Relator: Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL. Pedido de vista do Deputado Luiz Carlos Martins e do Deputado Rafael Greca. Concedido. 17) Projeto de Lei nº 191/91, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 18) Projeto de Lei nº 185/91, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Relator: Deputado Nelson Justus. Pedido de vista pelos Deputados Durval Amaral e Hermas Brandão. Concedido. 19) Projeto de Lei nº 172/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Relator: Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 20) Projeto de Resolução nº 28/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 21) Projeto de Lei nº 179/91, de autoria do Deputado Pau-

Lo Maia. Relator: Deputado Durval Amaral. Para aguardar completar um ano de personalidade jurídica. 22) Projeto de Lei nº 178/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 23) Projeto de Lei nº 99/91, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Solicitadas informações ao autor. 24) Projeto de Lei nº 181/91, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Pedido de vistas do Deputado Durval Amaral. Concedido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais laurei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
Presidente  
Secretário  
assinaturas ilegíveis

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

1ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª. LEGISLATURA  
ATA DA 11ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de maio de um mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Deputados: Mário Bezerra, José Tavares, Emília Belinati, Durval Amaral, João Iensen, Ovídio Constantino, José Afonso Júnior, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca e Luiz Carlos Martins. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos tendo sido aprovada a ata da reunião anterior. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 77/91, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Emenda nº 01 - FAVORÁVEL - APROVADO. Emenda nº 02 - Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Emenda nº 03 - Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Emenda nº 04 e 05 - Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Emenda nº 06 - Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. Emenda nº 07 - Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. Emenda Aditiva do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 187/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Relator: Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 186/91, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Com emenda substitutiva foi devolvido ao Deputado Ovídio Constantino, relator do projeto. 04) Projeto de Lei nº 174/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, Relator: Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 161/91, de autoria dos Deputados Plauto Guimarães e

Emília Belinati. Relator: Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 183/91, de autoria do Deputado Carlos Simões. Relatora: Deputada Emília Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 169/91, de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Relatora: Deputada Emília Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 188/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relatora: Deputada Emília Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, laurei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
Presidente  
Secretário  
assinaturas ilegíveis

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª. LEGISLATURA - 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 13ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano, com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Mário Bezerra, Valdir Rossoni, Nelson Justus, Luiz C. Martins, Plauto Miró, Durval Amaral, Hermas Brandão, Rafael Greca de Macedo e Ovídio Constantino, havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da ata da sessão anterior passou o Senhor Presidente a ler o ofício encaminhado pela Superintendência do Serviço da Loteria do Paraná - SERLOPAR; solicitando seja transferida para o dia 11 de junho de 1991, sua audiência por esta Comissão. Aprovado o pedido, comunicou o Senhor Presidente, que a pedido da Deputada Emília Belinati, fica a Comissão convocada para sessão às 10 horas do dia 7 do corrente mês, para ser ouvido o Sr. Reitor da Universidade Estadual de Londrina. Passou-se então à Ordem do Dia: 1) projeto de Lei nº 131/91 de autoria do Deputado Nilton Cesar Servo. Parecer favorável do Deputado Antonio Costenaro, APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 156/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer do Deputado Antonio Costenaro, favorável - APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 170/91, de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Parecer favorável do Deputado Antonio Costenaro. Concedidas vistas ao Deputado Nelson Justus. 4) Projeto de Lei nº 175/91, de autoria do Deputado Toti Colago. Parecer favorável do Deputado Luiz Carlos Martins.

REJEITADO por 5 votos a 4. Designado como novo Relator o Deputado Durval Amaral. 5) Projeto n° 199/91, de autoria do Deputado Paulo Maia. A pedido do Relator, Deputado Mario Bezerra, transformado em diligência junto ao D.E.R. 6) Projeto de Lei n° 190/91. Relator Deputado Hermas Brandão. Vistas para o Deputado Luiz Carlos Martins. 7) Projeto de Lei n° 181/91, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. Relator Deputado José Afonso Júnior. Vistas para o Deputado Durval Amaral. 8) Proposição - Veto n° 35/91, Veto Parcial do Sr. Governador ao Projeto de Lei n° 10/91. Vistas ao Deputado Mario Bezerra.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelo Senhores Deputados presentes, e por mim José Renato Duarte secretário da Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
José Renato Duarte - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA REUNIÃO ESPECIAL  
REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 1991

Aos seis dias do mês de junho de 1991, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e presentes os Deputados Dalton Machuca, Nelson Justus, Rafael Greca de Macedo, Emília Belinatti, Mario Bezerra, Plauto Miró Guimarães, Lourenço Fregonese, Florisvaldo Fier, Ernani Pudell e Algaci Túlio, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça a pedido da Deputada Emília Belinatti, para ouvir os Reitores das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá, e Ponta Grossa, doutores João Carlos Thompson, Décio Sperandio e João Carlos Gomes, respectivamente. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, fazendo a apresentação dos depoentes, dos quais relatou o "Curriculum Vitae". A seguir, foi dada a palavra ao Reitor Dr. João Carlos Thompson, da Universidade Estadual de Londrina, que agradeceu a oportunidade, e passou a discorrer manifestando surpresa pela falta de diálogo do Poder Executivo com as Universidades no que se refere a mudança de seu regime jurídico, de fundacional para autárquico, questionando se tal medida poderia ser implementada à revelia das Universidades, em contradição com dispositivos legais e constitucionais. Pediu o Senhor Reitor que fosse dada a palavra ao Dr. José Carlos Abraão Assessor Jurídico da Universidade Estadual de Londrina, que teceu suas considerações pela ilegalidade do projeto de lei encaminhado a esta Assembleia pelo Po-

der Executivo e que estão consubstanciadas no documento em anexo. Terminada a exposição, com a palavra o Deputado Rafael Greca de Macedo que perguntou aos reitores presentes se sabiam o motivo do Senhor Governador, ao encaminhar cópia da Mensagem aos Deputados, haver acrescentado uma nota com os seguintes dizeres: "Conto com o seu apoio para tornar o Paraná governável". O Reitor Décio Sperandio, da Universidade de Maringá não concordar que as universidades tornem o Estado ingovernável e manifestou a sua preocupação no sentido de que a lei proposta, com apenas quatro artigos, dará ao Poder Executivo um cheque em branco para regulamentação da matéria, ficando qualquer decisão posterior isenta de aprovação pelo Legislativo e ferindo, frontalmente a autonomia das universidades, tão duramente conquistada. Solicita um prazo maior para que o assunto seja examinado. O Reitor Thompson, responde a pergunta do Deputado Rafael Greca de Macedo, esclarecendo que a intenção do Governador ao transformar em autarquias as universidades Estaduais é pretender tirar a competência da Justiça do Trabalho em julgar as reclamações trabalhistas dos funcionários daquelas entidades. O Deputado Dalton Machuca alerta que o parágrafo primeiro do projeto de lei é o dispositivo que deve ser mais cuidadosamente estudada. O Senhor presidente, então, designou como relator o Deputado Rafael Greca de Macedo. Pede a palavra o Deputado Florisvaldo Fier, para justificar ausência do Deputado Ovídio Constantino, causada pelo falecimento de um amigo, e protestar pela ausência dos Deputados do PMDB. Com a palavra a Deputada Emília Belinatti, que perguntou ao Diretor da Universidade de Londrina se as universidades estariam dispostas a negociar as pendências trabalhistas, com o que o Reitor anuiu acrescentando, em resposta ao Deputado Lourenço Fregonese que estas pendências se elevariam a doze bilhões de cruzeiros. Com a palavra o Dr. José Ruter Cordeiro, representando a Universidade de Ponta Grossa, que manifestou a posição contrária de sua universidade a autarquização e manifestando sua preocupação pela forma com que, uma vez esta concretizada, serão liquidados os débitos trabalhistas. O Deputado Ernani Pudell afirma que a medida proposta é um retrocesso pois acaba com a autonomia universitária. O Deputado Fier pergunta ao Reitor Thompson se a medida, uma vez aprovada, viria favorecer a privatização, obtendo resposta, negativa pois o total das mensalidades representaria, hoje, apenas 2% do Orçamento da Universidade de Londrina. Perguntado pelo Deputado Fregonese, respondeu ainda, que o Orçamento de sua universidade não chega ao dobro da do Município de Londrina, mas

que, com efeito maior. Que a sua universidade oferece um total de 29 cursos de graduação, 9 de mestrado e 1 de doutorado e que o custo anual do aluno para o setor de Ciências Humanas é de aproximadamente US\$ 1.000,00 e os de Ciências Médicas ou Tecnológicas, US\$ 7.000,00. Ninguém mais ha-

vendo para fazer uso da palavra o Senhor Presidente deu por encerrada a Sessão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
Presidente  
José Renato Duarte  
Secretário